

NOTA

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA (PLOA) 2025 **DIREITO À CIDADE**

BRASÍLIA, SETEMBRO DE 2024.

A população pobre e urbana brasileira está cada vez mais sujeita a viver as consequências do negacionismo das instituições em relação à situação climática global. Enchentes, tormentas, qualidade do ar prejudicada pelas queimadas próximas ou distantes, ondas de calor são algumas das situações vividas nos ambientes urbanos. Nesse sentido, as políticas de adaptação urbanas devem ser prioridade para o governo federal. Os esforços na articulação interministerial, sobretudo nas relações entre Ministério do Meio Ambiente e Clima e Ministério das Cidade se destacam, no entanto, ainda resta o questionamento se serão suficientes, dado o contexto de corte de gastos nas rubricas diretamente relacionadas com a efetivação das melhorias urbanas.

Nas três principais funções relacionadas ao Direito à Cidade, Habitação, Saneamento e Urbanismo, percebemos no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2025 um pequeno aumento dos recursos destinados à Habitação. No entanto, há menos verbas tanto para Urbanismo quanto para Saneamento.

TABELA 1 PLOA 2024 E 2025: RECURSOS DESTINADOS ÀS FUNÇÕES HABITAÇÃO, SANEAMENTO E URBANISMO (EM MILHÕES DE REAIS CORRENTES)

Ano	Habitação	Saneamento	Urbanismo
2024	723 milhões	3.100 milhões	3.200 milhões
2025	820 milhões	1.900 milhões	2.800 milhões

Fonte: SIOP. Elaboração: Inesc. Data de extração dos dados: 3 de setembro de 2024.

Analisando mais de perto alguns programas específicos, alertamos para dois cortes em políticas importantes: o programa “Periferia Viva” (5602) sofreu uma redução de 30% do valor em relação ao ano anterior. Observamos com apreensão essa redução, dada a

urgência em fortalecer os investimentos nas periferias e o exercício real de participação social nas decisões urbanas. Esse programa tem como maior ação o “Apoio à Urbanização de Assentamento Precários”, ou seja, é um programa voltado diretamente para a melhoria da vida urbana para quem mais precisa. Já o programa “Cidades Melhores” (5601) foi praticamente reduzido pela metade. O programa tem como objetivo a reforma e a modernização das cidades, e é um dos poucos que se propõe diretamente a adaptar as cidades às mudanças climáticas.

Por fim, os dados revelam que os recursos para o programa Mobilidade Urbana (2319) permanecem praticamente inalterados. Sua principal ação é voltada para a construção e manutenção de infraestrutura necessária para que os sistemas de transporte público funcionem. No entanto, sabemos que para que a população brasileira se desloque pela cidade de forma mais justa é necessário muito mais do que isso. Atualmente, o transporte público urbano é responsabilidade exclusiva dos municípios, e é de notório conhecimento a crise de financiamento desse sistema, que tem perdido cada vez mais usuários. Diante desse contexto, ressaltamos novamente a importância da aprovação da PEC 25/2023, que busca regulamentar as receitas extra-tarifárias para as políticas de mobilidade urbana, medida que garantiria mais recursos para os sistemas de transporte com a criação do Sistema Único de Mobilidade (SUM). Cabe recordar também que um transporte público eficiente e acessível tem o potencial de avançar não somente na questão social da mobilidade urbana, mas também na ambiental, ao desincentivar modos privados e individuais de deslocamento.

TABELA 2 PLOA 2024 E 2025: RECURSOS DESTINADOS AOS PROGRAMAS CIDADES MELHORES, MOBILIDADE URBANA E PERIFERIA VIVA (EM MILHÕES DE REAIS CORRENTES)

PROGRAMA	PLOA 2024	PLOA 2025
5601 - Cidades Melhores	116 milhões	60 milhões
2319 - Mobilidade Urbana	978 milhões	986 milhões
5602 - Periferia Viva	680 milhões	462 milhões

Fonte: SIOP. Elaboração: Inesc. Data de extração dos dados: 3 de setembro de 2024.



EQUIPE DO INESC

Conselho Diretor

Aline Maia Nascimento
Elisabetta Recine
Luiz Gonzaga de Araújo
Roseli Faria
Romi Márcia Bencke

Conselho Fiscal

Enid Rocha
Mario Lisbôa Theodoro
Ribamar Araújo
Augustino Veit (suplente)

Colegiado de Gestão

Cristiane da Silva Ribeiro
José Antônio Moroni
Nathalie Beghin

Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Ana Paula Felipe

Assistente da Direção

Marcela Coelho M. Esteves
Thayza Benetti

Equipe de Comunicação

Gabriela Alves
Sílvia Alvarez
Thays Puzzi

Assessoria Política

Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni
Cássio Cardoso Carvalho
Cleo Manhas
Dyarley Viana de Oliveira
Elisa Rosas
Thallita de Oliveira

Educador Social

Markão Aborigine

PMAA – Planejamento, Monitoramento, Avaliação, Aprendizagem

Adriana Silva Alves

Assistente de Contabilidade

Josemar Vieira dos Santos

Assistente Financeiro

Ricardo Santana da Silva

Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos
Eugênia Christina A. Ferreira
Isabela Mara dos Santos da Silva

Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

Estagiários/as

Eduarda R. A. Figueiredo
Andrey Felype

APOIO INSTITUCIONAL

Charles Stewart Mott
Foundation
CLUA – Climate and Land
Use Alliance
ETF – Energy Transition
Fund
Fastenaktion
Fundação Ford
Fundação Heinrich Böll
Fundar
ICS – Instituto Clima e
Sociedade
KNH – Kindernothilfe
Malala Fund
Misereor
OSF – Open Society
Foundations
PPM – Pão para o Mundo
Rainforest Foundation
Norway

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17, 13º Andar Cobertura – Edifício Márcia.
CEP: 70. 307-900 - Brasília/DF ♦ Telefone: + 55 61 3212-0200
E-mail: inesc@inesc.org.br ♦ Página Eletrônica: www.inesc.org.br

É permitida a reprodução total ou parcial do texto, de forma gratuita, desde que seja citada a fonte e inclua a referência ao texto original.